

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE-----

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

- 1. Expediente** -----
- 2. Actas**-----
- 3. Eleição de 2 Presidentes de Juntas de Freguesia, 1 efectivo e 1 suplente, para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) **Prestação de Contas 2010;** -----
 - b) **1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2011;**-----
 - c) **Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) entre a Receita Corrente e de Capital;**-----
 - d) **Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL);**-----
 - e) **Cedência à Casa do Povo de Alvalade do Lote 1 do Loteamento Municipal Lar Residencial de Alvalade – Reconhecimento do Interesse Público das edificações a construir.** -----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar e Jaime António Pires de Cáceres.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos e Álvaro Beijinha.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DA SEGUNDA SECRETÁRIA-----

Verificada a ausência da 2ª Secretária, o Senhor Presidente nomeou “ad hoc” o Senhor Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, para a substituir. -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que o Senhor Jaime Cáceres, era substituído na presente Sessão, pelo seu representante legal na Junta de Freguesia de Santo André, Senhor Norberto Barradas, ambos eleitos da CDU.-----

ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS – DIFICULDADES QUE ENFRENTAM -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que, na sequência das preocupações apresentadas pelo Senhor Nuno Braz na Sessão anterior da Assembleia Municipal, reuniu conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos dias treze e vinte e oito do mês em curso, com as quatro Associações de Bombeiros do Município. Acrescentou que naquelas reuniões foi colocada pelas Associações a grave situação que enfrentam, com as quais também ficaram muito preocupados, referindo que os problemas são de tal ordem que as Associações não sabem se, a muito curto prazo, terão condições para prosseguirem a sua missão, dado que: não têm dinheiro para o combustível, pelo qual pagam o preço normal, sem qualquer comparticipação e os serviços não lhes são pagos atempadamente, o que inviabiliza o cumprimento dos compromissos com os fornecedores. Situação que se agravou com a redução dos serviços, em consequência das novas regras do Ministério da Saúde que condicionam a emissão da credencial para o transporte em ambulância, por parte do médico, só em situações por este consideradas urgentes, o que faz com que os doentes optem muitas vezes por se deslocar de táxis, porque lhes fica um pouco mais barato. Mais referiu que, por um lado, são feitas exigências aos Bombeiros no sentido de dotarem as viaturas com equipamentos de socorro e pessoal com formação, enquanto, com as medidas tomadas, facilitam o transporte de doentes em viaturas sem condições para o efeito.-----

Referiu ainda que perante as preocupações expostas, se concluiu que era importante fazer um comunicado às populações para lhes dar a conhecer a situação, a fim de as sensibilizar e preparar para uma eventual falta de resposta. Foi também decidido efectuar um encontro regional das Associações de Bombeiros, em Santiago do Cacém, no dia dezoito de Junho do ano em curso, com o apoio das autarquias. -----

Informou também que as Associações chamaram igualmente a atenção de que não têm condições para formarem os grupos de intervenção rápida de combate aos incêndios, no presente ano, dado que os meios que são colocados à sua disposição para o efeito são insuficientes para cobrir os custos que a medida comporta. -----

Acrescentou que foi decretada para mais tarde, no ano em curso, o início da época dos fogos, para redução de custos, como se este problema pudesse ser resolvido desta forma.

O Senhor Presidente apresentou a seguinte **proposta de Moção** sobre este assunto: -----

-----“MOÇÃO -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Abril de 2011, ao tomar conhecimento da grave situação em que se encontram as quatro Associações de Bombeiros do Município, estando em perigo eminente o seu regular funcionamento e consequentemente a segurança e protecção das populações. -----

Os dirigentes das quatro Associações de Bombeiros reunidos nos dias 13 e 28 de Abril com os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, decidiram realizar um encontro no dia 18 de Junho com o objectivo de fazer sentir às entidades responsáveis que são necessárias medidas que invertam a actual situação.-----

A Assembleia Municipal deliberou expressar a sua preocupação perante tão grave situação e solidarizar-se com as Associações de Bombeiros nas acções que venham a desenvolver.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Nuno Braz, eleito do PSD, referindo que o quadro era ainda mais negro, informando que teve lugar uma reunião das Associações de Bombeiros, em Grândola, onde foi tomado conhecimento de que, de Alcácer do Sal para baixo, nenhuma Associação tinha disponibilidade para constituir os grupos de primeira intervenção. -----

Acrescentou que a Associação de Bombeiros de Santiago do Cacém ainda não pagou os salários do mês em curso e que irão solicitar ao Presidente da Assembleia-geral que convoque os sócios para os colocar a par da situação. Mais informou que a Associação tem perdido cerca de vinte mil euros por mês, devido à redução dos serviços. Situação que não permite manter aquela estrutura a funcionar. Pelo que, caso não sejam tomadas medidas para a resolução dos problemas, terão que entregar a chave a alguém, talvez ao Senhor Ministro da Administração Interna. -----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, referiu estar solidário com as acções propostas, acrescentando que alguém terá que tomar medidas para inverter a situação que foi criada aos Bombeiros. -----

Mais referiu que o alerta às populações era importante mas não iria resolver o problema, dado que os médicos não assinam as requisições de transporte se não considerarem que se trata de uma situação de urgência, o que leva as pessoas, na dúvida, a optarem pelo táxi, por ser um pouco mais barato. -----

Concluiu, referindo que se trata de uma situação gravíssima que vai atingir a população. -----

Interveio novamente o Senhor Nuno Braz, para esclarecer que o táxi cobra apenas menos dois cêntimos por quilómetro do que os Bombeiros, sendo que a diferença está nos custos dos tempos de espera que são de dois euros e meio por hora, dado que ficam duas pessoas paradas, para além da viatura. -----

Mais informou que, enquanto os Bombeiros transportam os doentes em veículos devidamente equipados para o efeito, inspeccionados, e com o acompanhamento de dois elementos especializados, no transporte de doentes em táxi, nada é exigido e os taxistas ainda podem deduzir cinquenta por cento do IVA do serviço prestado, enquanto que para os Bombeiros a dedução é zero.-----

Concluiu, referindo que são estas situações que devem ser explicadas às pessoas. -----

Interveio o Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, referindo que tinha pedido a palavra para questionar sobre os factores que levaram à redução dos serviços prestados pelos Bombeiros, ficando esclarecido pela intervenção anterior. -----

Acrescentou que esta situação também atingirá a Delegação da Cruz Vermelha de Ermidas que faz o transporte de doentes nas suas ambulâncias. -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, referiu que a Associação de Bombeiros de Alvalade também se encontra numa situação calamitosa; desde o ano anterior que as despesas são superiores às receitas, apesar do enorme esforço que têm feito junto das entidades devedoras para cobrança dos serviços prestados, nomeadamente ao Hospital do Litoral Alentejano, mas os valores recebidos não são suficientes. -----

Acrescentou que é de extrema importância informar as pessoas de que o transporte em táxi pode ser mais barato, mas o mesmo não oferece condições de segurança a doentes que necessitem de socorro durante o trajecto, esclarecendo também que se forem sócias terão um desconto. -----

Mais referiu que as Associações chegaram ao limite e que se trata de uma questão de fundo que passa pelo financiamento aos Bombeiros, a qual só será resolvida se houver vontade política para o fazer. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

A partir deste momento, eram vinte e uma horas e quarenta minutos, verificou-se a presença do Senhor Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, eleito do PS. -----

COMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO - MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E HOMENAGEM À LUTA DOS TRABALHADORES -----

Pelo Senhor Daniel Silvério, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“MOÇÃO -----

Considerando que: -----

1. O 1º de Maio se comemora em Portugal desde 1890, a partir da participação de representantes de Associações Operarias num Congresso em Paris em 1889, que o declarou como Dia Mundial do Trabalho, em homenagem à luta dos trabalhadores dos Estados Unidos da América (Chicago) por melhores condições de trabalho e pelas oito horas de trabalho diárias; -----

2. Desde essa data o movimento operário português não deixou de se associar à luta dos operários de todo o mundo, tendo sido marcado, durante o período da ditadura fascista, por acções de luta por melhores condições de vida, contra as injustiças sociais e em defesa das liberdades coarctadas ao povo português.-----

3. Que a Constituição da República consagra como direitos fundamentais o acesso universal ao trabalho, a segurança no emprego, o direito à greve, a contratação colectiva, a liberdade sindical. -----

---a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o principio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna;-----

---b) A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar;-----

---c) A prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde; -----

---d) Ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas;-----

---e) À assistência material, quando involuntariamente se encontrem em situação de desemprego;-----

---f) Assistência e justa reparação, quando vítimas de acidente de trabalho ou de doença profissional, conforme expresso no seu art.º 59º; -----

4. São mais de 600 mil as pessoas que se encontravam desempregadas em Dezembro de 2010, correspondendo a mais de 11% da população activa, a taxa de desemprego entre os jovens era, então, de 23%, e cada vez maior a insegurança no emprego, sendo cerca de 20% os trabalhadores por conta de outrem empregados que se encontravam com contrato a prazo, os horários de trabalho revelam uma

crecente desregulamentação, agravando as condições de trabalho. São cada vez mais frequentes e intensos os ataques aos direitos dos trabalhadores;-----

5. Se assiste ao agravamento do custo de vida e ao avolumar das injustiças sociais, sendo cada vez mais os portugueses que vivem abaixo do limiar da pobreza; -----

6. Se assiste à destruição e privatização dos sectores públicos fundamentais, como a saúde e a educação.-----

Considerando ainda que: -----

1. A comemoração do 1º de Maio adquire maior actualidade, repondo de novo na ordem do dia as reivindicações dos trabalhadores portugueses, que em 1890 começaram a comemorar o 1º de Maio, pelo direito ao trabalho e a consagração de um horário de 8 horas de trabalho;-----

2. O 1º de Maio é um dia de festa, mas também um dia de luta contra o desemprego e a precariedade, contra a exclusão e a perda de direitos, e de reafirmação do direito a uma vida digna.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 29 de Abril de 2011, saúda o 1º de Maio e apela à participação de todos os trabalhadores nesta jornada de luta, manifestando o seu apoio e solidariedade para com a luta dos trabalhadores e condenando os ataques aos direitos dos trabalhadores levados a cabo pelo sucessivos governos que conduziram à miséria, aos baixos salários e ao desemprego de milhares de trabalhadores portugueses. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. Pelo que, o Senhor Presidente colocou a **proposta de Moção**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Dois de eleitos do PS, Sandra Maria Brás Coelho e Fernando Augusto Pereira de Sousa. Dois de eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Duas abstenções, dos senhores Hugo Ferreira e Alberto de Brito, eleitos do PS. -----

ESCOLA PÚBLICA RURAL – PETIÇÃO-----

Pela Senhora Paula Lopes, eleita da CDU, foi apresentada uma proposta de subscrição da seguinte Petição:-----

-----“**SUBSCRIÇÃO DA PETIÇÃO**-----

----- “**MOVIMENTO PELA ESCOLA PÚBLICA RURAL – MUNICÍPIO DE** -----
-----**SANTIAGO DO CACÉM**”-----

A Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Juntas de Freguesia, Associações de Pais, Instituto das Comunidades Educativas, Associações de Moradores, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, Instituições Privadas de Solidariedade Social, Professores, Educadores, Alunos e toda uma População Local em defesa da Escola Pública, dos lugares e aldeias do Município de Santiago do Cacém. -----

Porque:-----

- As Escolas reúnem as condições físicas e de equipamento, de projecto educativo, que garantem um ensino de qualidade;-----
- As Escolas e os seus Professores desenvolvem projectos educativos, nos quais toda a comunidade se envolve; -----
- As autarquias locais ajudam a consolidar os projectos pedagógicos de todos e de cada um dos professores/educadores; -----
- Os docentes lutam pela continuidade da Escola e os pais participam activamente na vida desta; -----
- A proximidade física e relacional da Escola e dos projectos com a comunidade, desenvolve, estimula e reforça o sentido de pertença e de identidade; -----
- O encerramento das Escolas contraria as políticas de fixação dos jovens nas aldeias; -----
- A Escola Rural pode ser um pólo de desenvolvimento, um serviço de proximidade;-----
- O não encerramento da escola contribui para o efectivo retorno das famílias ao meio rural.-----

Porque o encerramento das Escolas, -----

Implica: -----

- Mais crianças deslocadas;-----
- Maiores distâncias entre os locais de residência e a Escola; -----
- Maior distância relacional entre as famílias e a Escola;-----
- O contributo para o despovoamento, envelhecimento, corte da relação intergeracional e abandono dos lugares e/ou aldeias rurais;-----
- O aumento das assimetrias, agravando o abandono social a que assistimos nos últimos anos;-----
- A despromoção social das localidades; -----
- A perda de atractividade das aldeias; -----
- O desinvestimento nas estruturas e equipamentos colectivos.-----

Por estas razões SOMOS CONTRA O ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS, com menos de 21 alunos, que o Ministério da Educação pretende encerrar no próximo ano lectivo: - EB1 de Abela; EB1 de Aldeia dos Chãos; EB1 de Arealão; EB1 de Brescos; EB1 de Cruz de João Mendes; EB1 de Deixa-o-Resto; EB1 de Relvas Verdes; EB1 de São Bartolomeu da Serra; EB1 de Vale de Água.” - O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Fernando Gonçalves, começando por referir que o encerramento das escolas rurais estava a contribuir para a desertificação das aldeias, porque as famílias com crianças de seis e sete anos se deslocam para as freguesias onde as crianças possam frequentar a escola. Acrescentou que em reunião com a população de Vale de Água as pessoas manifestaram o seu grande descontentamento com esta situação. -----

Mais referiu que as políticas dos sucessivos governos têm levado à progressiva desertificação das freguesias rurais, através da aplicação de medidas nos vários sectores que põem em causa a segurança, a saúde e a educação, com a desactivação do equipamento e a retirada do pessoal respectivo. Acrescentou que são as populações que sofrem com estas medidas e por isso a população de Vale de Água está mobilizada para fazer o que for necessário para evitar o encerramento das escolas. Considerou ainda que todos, independentemente das suas opções políticas, deverão assinar a Petição e apoiar o Movimento nas acções que forem desenvolvidas para impedir o encerramento das escolas rurais e a conseqüente desertificação das freguesias.-----

O Senhor Rui Estevam de Matos, eleito da CDU, referiu que na Freguesia de Abela também se colocava o problema do encerramento das escolas, contra o qual a população se manifestou e se disponibilizou para ir até onde for preciso para contrariar aquela decisão do Governo.-----

O Senhor Alberto de Brito questionou, se as escolas em causa tinham todas mais de dez alunos.-----

A Senhora Paula Lopes confirmou que todas as escolas referidas têm mais de dez alunos.-----

Interveio o Senhor Fernando Pereira de Sousa, referindo que se interrogava, se o objectivo subjacente àquela medida, era o de transformar aqueles espaços/equipamentos, para potenciais projectos de turismo rural. Mais referiu que era de lamentar que no tempo do Estado Novo tivessem sido construídas escolas em todas as localidades, para agora serem encerradas, considerando que já eram demasiadas as escolas a fechar.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Três de eleitos do PS, Sandra Maria Brás Coelho e Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto de Sousa Brito. Dois de eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Uma abstenção, do Senhor Hugo Ferreira, eleitos do PS.-----

A partir deste momento, era vinte e uma hora e cinquenta minutos, verificou-se a presença da Senhora Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, eleita do PS, e da Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, eleita do PSD.-----

ENCERRAMENTO DE EXTENSÕES DE SAÚDE-----

O Senhor Armando Climas, eleito da CDU, informou que o Posto Médico de S. Bartolomeu da Serra que funcionava, há quarenta anos, foi encerrado, há dois meses, sem que tenha sido dado conhecimento à Junta de Freguesia e/ou avisada a população. Acrescentou que enviou ofícios a todas as entidades de Saúde e um abaixo-assinado, com conhecimento às autarquias, não tendo obtido resposta sobre o assunto. Pelo que, não podia deixar de se questionar sobre que tipo de democracia estava o Governo PS a praticar.-----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, lamentando os problemas existentes na Extensão de Saúde de Alvalade, a qual só abre alguns dias da semana e quando isso acontece, a situação é caótica, devido ao afluxo de utentes e à falta de condições de trabalho, por acumulação de serviço e falta de espaço.-----

Acrescentou que há outras extensões de Saúde no Município com dificuldades devido à falta de médicos, dado que alguns se têm vindo a reformar, bem como de outros profissionais, não existindo qualidade nos serviços que são prestados. Situação que

tende a piorar, porque outros médicos do Centro de Saúde de Santiago do Cacém se irão reformar.-----

Concluiu, considerando que não era aceitável o encerramento do Posto de Saúde de S. Bartolomeu da Serra e que a população e a Junta de Freguesia não tivesse sido avisada.- O Senhor Joaquim Gamito interveio para reforçar a informação sobre a preocupante situação dos Cuidados de Saúde em Alvalade, onde só vai um médico, de vez em quando, e o serviço é péssimo, por falta de condições da extensão de Saúde e de pessoal, dado que a mesma só dispõe de um funcionário a meio tempo, o qual não consegue dar resposta a todos os utentes, como aconteceu recentemente com a situação da apresentação da prova de vida pelos utentes, obrigando a deslocar-se ao Centro de Saúde de Santiago do Cacém, tendo até conhecimento de um caso em que o utente se deslocou duas vezes, de táxi, à Sede do Município, e não conseguiu tratar daquele documento.-----

Recordou ainda que aquando do encerramento do SADU foi dito que iriam ser reforçadas as extensões de Saúde, o que não está a acontecer. -----

A Senhora Teresa Pereira, eleita da CDU, interveio para reforçar a informação sobre a situação, em Abela, a qual é muito complicada, dispondo aquela extensão de Saúde apenas de uma enfermeira, durante uma manhã, por semana, sem apoio administrativo, e de um médico, um dia por semana, com apoio de um funcionário administrativo. Acrescentou que os utentes foram aconselhados a se deslocarem ao Centro de Saúde de Santiago do Cacém, para entregarem o documento de prova de vida, acabando por entupir os serviços do mesmo. Situação que se tende a agravar, tendo em conta que há alguns funcionários administrativos à beira da aposentação. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a questão dos Cuidados de Saúde no Município tem merecido por parte da Câmara Municipal uma preocupação continuada, informando que após a recepção da comunicação da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu da Serra, de 22 de Março do ano em curso, sobre o encerramento da extensão de Saúde, remeteu, em 29 de Março, uma carta sobre o assunto ao Ministério da Saúde, cuja resposta chegou em 14 de Abril através da ARS Alentejo, à qual foi solicitada uma reunião, em 28 de Abril. -----

Acrescentou que, no dia oito do mês em curso, teve lugar uma reunião com o Director Executivo do Agrupamento de Saúde do Alentejo, Dr. Paulo Espiga, e outros profissionais de Saúde, na qual foi comunicado que não tinham possibilidades de abrir a extensão de Saúde de S. Bartolomeu da Serra e que estavam também em risco de encerrar as extensões de Saúde de S. Francisco da Serra e de Deixa-o-Resto. Informaram ainda que estavam em curso conversações com os médicos Cubanos e, caso estes estivessem de acordo em reduzir as horas que prestam nas urgências poderiam as mesmas reverter para consultas nas extensões de Saúde, o que iria minimizar a situação. Mais referiu que foi também dado conhecimento naquela reunião que o Centro de Saúde estava a fazer um levantamento dos utentes registados (3.800), com o objectivo de dar baixa daqueles que há mais de cinco anos não procuram os serviços, e que iria ser criado um sistema de regime aberto, em Santiago e Santo André, sem médico definido, para os utentes que não têm médico de família.-----

Informaram também que admitiam a realização de obras no edifício da extensão de Saúde de Alvalade.-----

Informou ainda da recepção do abaixo-assinado da população de S. Bartolomeu da Serra, e da pergunta ao Governo feita pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre o encerramento da extensão de Saúde, da qual a Câmara Municipal tomou conhecimento.

Deu conhecimento da entrada em funcionamento da Unidade Móvel de Cuidados Comunitários, resultante de um Protocolo tripartido, entre a Câmara Municipal a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Misericórdia, para a qual a Autarquia disponibilizou um motorista para a viatura adquirida pelo ministério da Saúde, para além de fazer a manutenção da mesma e fornecer o combustível, tendo o Ministério da Saúde colocado uma enfermeira. Acrescentou que o Município também tem dado apoio com uma Técnica Nutricionista e uma Técnica de Serviço Social, as quais, em articulação com os Centros de Dia, têm minimizado algumas situações muito graves. --- Concluiu, referindo que se estava à beira de novos retrocessos no âmbito dos Cuidados de Saúde. Pelo que, a Câmara Municipal tinha solicitado uma reunião à Presidente da ARS do Alentejo, aguardando resposta, e continuará a diligenciar na procura de soluções.-----

O Senhor Fernando Gonçalves informou que a Junta de Freguesia de Vale de Água transporta os utentes para a extensão de Saúde de S. Domingos, três vezes por semana, onde são assistidos por um médico Cubano, o qual deve fazer muitas mais horas que as acordadas, tendo em conta o número de utentes das duas freguesias.-----

Mais referiu que a Unidade Móvel de Saúde começou a funcionar na Freguesia de Vale de Água em articulação com o Centro de Dia e com a Casa do Povo de S. Domingos, considerando que a Enfermeira Carina e os restantes profissionais tem desenvolvido um trabalho que era de louvar, o qual tem sido reconhecido pelos utentes. Lamentou que aquela Unidade não possa continuar mais tempo na Freguesia, dado que passará a ir só um dia por semana às duas freguesias.-----

Interveio novamente o Senhor Rui Madeira, referindo que a Comissão Social da Freguesia de Alvalade está atenta à situação, apontando algumas soluções contidas no Plano de Acção resultante do diagnóstico que efectuou. Acrescentou que a Comissão reuniu com o Senhor Vereador Álvaro Beijinha, para expor as situações detectadas e procurar apoio para a resolução dos muitos problemas que se colocam naquela Freguesia, no âmbito social.-----

O Senhor Nuno Brás referiu que das informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente o facto do Ministério da Saúde fazer depender da boa vontade dos médicos Cubanos a solução do reforço das consultas nas extensões de Saúde e, tendo também em conta a medida de eliminação dos ficheiros das pessoas que não têm recorrido ao Centro de Saúde, nos últimos cinco anos, só podia concluir que o Ministério não pretendia resolver os problemas e que o Governo PS não têm uma estratégia de procura de meios para responder às necessidades das pessoas neste âmbito.-----

Pelo Senhor Rui Madeira, em representação dos eleitos da CDU foi apresentada a seguinte proposta de Moção. -----

-----“MOÇÃO-----

Considerando que todos os cidadãos têm direito à protecção da saúde, sendo este um direito constitucionalmente consagrado; -----

Considerando que o Serviço Nacional de Saúde é a persecução por parte do Estado, da responsabilidade que lhe cabe na protecção da saúde individual e colectiva e que para tal deverá estar munido de cuidados integrados de saúde, nomeadamente a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social; -----

Considerando que os cuidados de saúde primários devem proporcionar o primeiro nível de contacto do indivíduo, da família e da comunidade, permitindo a aproximação da assistência de saúde o mais perto possível dos locais onde a

população vive e trabalha devendo constituir o primeiro elemento de um processo permanente de assistência de saúde; -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 29 de Abril de 2011, exige do Governo que sejam adoptadas imediatamente as seguintes medidas: -----

a) A extensão do Centro de Saúde de Santiago do Cacém, na Freguesia de São Bartolomeu, seja reaberta, assegurando assim os necessários cuidados de saúde primários à população local. -----

b) Seja assegurado os cuidados de saúde primários em todo o Concelho de Santiago do Cacém, com o funcionamento de extensões do Centro de Saúde em todas as suas freguesias. -----

c) Sejam reforçados os meios humanos e materiais no Centro de Saúde de Santiago do Cacém, devendo para o efeito investir-se em mais profissionais de saúde e na execução de obras de beneficiação em algumas das suas extensões, para que o normal e desejável funcionamento desses cuidados seja assegurado de forma condigna. -----

A enviar à Senhora Ministra da Saúde, Grupos Parlamentares e Órgãos de Comunicação Social.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. Pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Três de eleitos do PSD senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Hilário Cunha Nunes. Um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e um do eleito do PS, senhor Alberto de Brito. -----

Quatro abstenções dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes P. Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Fernando Augusto Pereira de Sousa. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Dulce Rito, em nome dos eleitos do PS que se abstiveram, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Concordando embora com o conteúdo da Moção apresentada pelo Partido Comunista, consideramos que a mesma é extemporânea e completamente inútil na fase em que nos encontramos, propondo que a mesma seja retomada após as eleições legislativas.”-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente -----

Tomado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal, desde a última Sessão Ordinária, em dezoito de Fevereiro de dois mil e onze, até vinte e oito de Abril de dois mil e onze, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Actas-----

O Senhor Presidente colocou para discussão a **acta número um** da Sessão Ordinária de dezoito de Fevereiro do ano em curso, com as alterações remetidas pelo Senhor Luís do Ó, eleito do PS, das quais foi dado conhecimento.-----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que não punha em causa a veracidade das alterações sugeridas, mas não podia, em consciência, votar algo de que já não tinha memória, propondo que os membros da Mesa ouvissem a gravação e decidissem sobre a aceitação das alterações e que acta fosse aprovada na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta do Senhor José Sucena, para discussão.-----

Interveio o Senhor Fernando Pereira de Sousa, referindo que esta situação poderá levar a que a aprovação das actas comece a ser remetida para a sessão seguinte, dado que há sempre uma ou outra questão a alterar que não põem em causa o sentido das intervenções, como a que está em apreço, acrescentando que há muitos anos que estas situações se verificam, sem que se tenha deixado de aprovar a acta, com as devidas correcções.-----

O Senhor José Sucena referiu que podia não ser uma alteração de fundo, mas era extensa, pelo que, não se podia recordar se o seu conteúdo correspondia ao que foi, efectivamente, dito naquele sessão.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a votação a **proposta** de adiamento da aprovação da acta, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Três abstenções, uma do eleito do PS, Senhor e Alberto de Sousa Brito, outra do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e outra do eleito da CDU, Senhor Norberto Barradas, por não ter estado presente naquela reunião.-----

Sete votos contra, sendo quatro dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes P. Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Fernando Augusto Pereira de Sousa e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Hilário Cunha Nunes.-----

3. Eleição de 2 Presidentes de Juntas de Freguesia, 1 efectivo e 1 suplente, para o XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

O Senhor Joaquim Gamito, eleito da CDU, propôs o Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, Senhor Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, como efectivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, Senhor Rui Manuel Madeira dos Santos, como suplente.-----

Não foram apresentadas mais propostas.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. Pelo que, a colocou, de imediato, a votação, **por voto secreto**.-----

A **proposta** foi **aprovada por maioria**, com 26 votos a favor, 1 voto contra e 2 votos em branco.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Prestação de Contas 2010; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2010, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro. * -----

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos, por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio.-----

b) Mapas de activo de rendimento fixo e variável, por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea e) do nº. 2 do artigo nº.64 da Lei 169/99, de 18 Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Dois – De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191, de 18 de Agosto, II Série.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta, com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que no ano em apreço se verificou uma redução na **Receita** relativamente ao ano anterior, na ordem dos dezasseis por cento, sendo que na Derrama a diminuição registada atingiu quase os trinta por cento, o que traduz a situação económica das empresas no Município. Acrescentou que nas receitas de capital se verificou uma diminuição na ordem dos 50%. -----

Mais referiu que a **Despesa** também diminuiu de forma assinalável, e que foi feito um esforço para a redução das remunerações certas, horas extraordinárias e ajudas de custo. Nesta última rubrica a percentagem de redução foi de 6.1%, tendo sido cumprido o objectivo definido no início do ano. Contudo, acrescentou que houve um aumento de trezentos e trinta e seis mil euros de pagamentos à Segurança Social, devido à transferência de encargos para os municípios por parte do Governo. -----

Informou que se verificou uma diminuição de um milhão de euros em aquisição de serviços, correspondendo a -25% do realizado no ano anterior. Acrescentou que as despesas de capital também baixaram na ordem dos 35%. -----

Referiu ainda que se verificou uma redução de quatrocentos e oitenta e seis mil euros, nas transferências para o Município, comparativamente ao valor recebido no ano anterior, acrescentando que relativamente ao previsto no Orçamento de Estado para dois mil e dez e o efectivamente transferido, o Município recebeu menos um milhão e duzentos mil euros. -----

Referiu também que as receitas correntes têm vindo a aumentar e consequentemente as despesas correntes também registam um aumento, porque há mais equipamentos, mais serviços a prestar e um aumento dos gastos na manutenção dos espaços públicos. Acrescentou que houve um aumento da despesa corrente, cujo peso na estrutura da Despesa é na ordem dos 78.5%, tendência que se verifica também a nível nacional.-----

Mais referiu que se verifica um contraste relativamente à Receita do Estado que, em dois mil e dez, subiu 10%, resultante da arrecadação de impostos e das medidas tomadas no âmbito da Função Pública, enquanto a despesa primária do Estado subiu 4%. ----- Salientou um conjunto importante de intervenções do Município no que respeita a obras, com 55% de execução do PPI e AMRs. Na rede viária e acessos o investimento em 2010 atingiu quase três milhões de euros, o dobro do realizado em 2009. ----- Referiu também que o ano de 2010 se caracterizou pela reorganização da estrutura dos Serviços Municipais, cujo efeito se fará sentir no ano de 2011, sendo sua convicção que serão positivos, tendo em conta a aceitação por parte dos trabalhadores das medidas tomadas neste âmbito. -----

Acrescentou que outra acção que têm merecido a atenção da Câmara Municipal, era a concretização da revisão do PDM – Plano Director Municipal, embora ainda não se tenham obtido os resultados pretendidos, devido à falta de certificação da cartografia digital actualizada, problema que afecta também os municípios vizinhos. Problema que, há quase quatro anos, se tenta desbloquear, tendo a CIMAL efectuado diligências junto do Instituto Geográfico Português nesse sentido. -----

Informou ainda que no ano de 2010 foram efectuadas 25 acções de Formação, com a participação de 134 trabalhadores. Tiveram início as obras no Centro Histórico da Cidade de Santiago do Cacém e na Cidade de Vila Nova de Santo André, as quais ficarão concluídas em 2011. No Auditório Municipal foram realizadas 136 sessões de cinema, com a participação de 10.000 espectadores. Foi inaugurado o Campo de Futebol com relva natural, na Cidade de Vila Nova de Santo André e o Pavilhão Padre Amadeu Pinto, também naquela Cidade. Ainda na área do Desporto, no apoio aos clubes e iniciativas várias, foram investidos mais de um milhão de euros. No âmbito dos resíduos urbanos, na recolha, só para a AMBILITAL foram 700.000 euros, mais 190.000 euros para ecopontos, e ainda a aquisição de oleões, sendo que no global o investimento no sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos foi na ordem de um milhão e meio de euros.-----

Acrescentou que foram desenvolvidas acções no referente ao alargamento do âmbito de acreditação do Laboratório Municipal de Águas e que foram realizadas 12.127 análises, mais 287 do que no ano anterior. Os resultados apurados das análises revelaram um cumprimento em 97% dos parâmetros oficiais da qualidade da água para consumo humano.-----

Concluiu, referindo que foi um ano muito difícil do ponto de vista financeiro que atingiu todos, de um modo geral, acrescentando que se verificou um aumento do endividamento de curto prazo e uma diminuição da dívida de médio e longo prazo, acrescentando que se continuará a fazer uma gestão de contenção das despesas, ao mesmo tempo que prosseguirão as candidaturas aos Fundos Comunitários, o que obrigará a uma gestão prudente, tendo em conta as regras apertadas do endividamento líquido. Mais informou que estava aprovado um montante de doze milhões de euros relativos a candidaturas apresentadas.-----

Interveio o Senhor Francisco Roque, começando por referir que não querendo uma vez mais questionar e analisar a forma como a Câmara Municipal gere e executa aquele que é o programa que propôs no momento eleitoral, consegue fazer uma leitura diferente dos dados constantes no documento em apreço, acrescentando que se vive um momento distinto daquele a que os documentos reporta. Muita coisa se modificou em termos de despesa e de receita para as famílias e entidades e mais se modificará até ao final do ano em curso, sendo que, neste momento, a luta é outra, e o que podemos é perspectivar o futuro com base nos resultados constantes no documento em apreço. -----

Mais referiu que da leitura que fez dos documentos verificou que houve uma diminuição da Receita face ao previsto, de vinte e oito, para vinte e quatro milhões, e que existe um aumento das receitas correntes, de 5% em correntes e na ordem dos 7% nas de capital.-- Acrescentou que se verifica que houve a preocupação de tentar explicar os resultados através do seu enquadramento conjuntural, com recurso a dados nacionais constantes em documentos oficiais, como se pode constatar na página quatro do documento, onde se refere o crescimento da riqueza produzida, com base em dados do PIB e projecções do FMI, em contraposição com o aumento do desemprego, não lhe parecendo uma fundamentação muito feliz e que, face ao que é apresentado, a conclusão é de que a riqueza produzida foi insuficiente. -----

Sobre a diminuição da receita na venda de bens de investimento relativamente ao previsto (33%). Redução significativa que mais uma vez se verificou e que já era previsível aquando da discussão do Orçamento, dado que os valores estavam muito inflacionados. Questionou sobre que tipo de bens de capital se previa alienar para justificar a receita prevista. -----

Mais referiu que se não houvesse o PIQURB e as obras de requalificação do Centro Histórico, a despesa seria inferior, embora o seu reflexo se verifique somente no ano em curso.-----

Referiu também que gostaria que lhe fosse confirmado, se houve evolução positiva ou negativa nas transferências de correntes e de capital., sendo que da leitura que fez, a mesma é positiva. -----

Mais referiu que apesar da redução verificada na aquisição de bens e serviços, cerca de um milhão de euros, houve um acréscimo nas dívidas a curto prazo, praticamente do mesmo montante. Situação que considerou preocupante dado o seu efeito negativo nas pequenas empresas e na economia local, acrescentando que é responsabilidade da Autarquia minimizar esta situação, de forma que não sejam os pequenos os mais sacrificados.-----

Referiu ainda que era de destacar o facto de existir uma estabilização nas despesas com o pessoal, não lhe parecendo correcta a argumentação política dos eleitos do PS e do PSD na Câmara Municipal sobre esta matéria, quando o aumento que se verificou teve a ver com o a contribuição para a Segurança Social.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para esclarecer as questões colocadas, tendo o Presidente da Câmara passado a palavra ao Senhor Director de Administração e Finanças, Dr. José Pereira, para prestar alguns esclarecimento de ordem técnica., o qual começou por referir que, relativamente às transferências, houve, efectivamente, um aumento comparativamente ao ano anterior, mas foram inferiores ao previsto no Orçamento de Estado, sendo que o Município recebeu menos quatrocentos e oitenta e seis mil euros, só em dois mil e dez. Quanto à receita de capital, nas componentes de empréstimos de médio e longo prazo houve uma redução relativamente aos valores verificados em dois mil e nove. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu ainda que a receita de capital resultante da venda de bens imóveis ficou muito aquém do previsto, devido à retracção do investimento no sector da construção, resultante da actual conjuntura económica. ----

Relativamente às transferências referiu que gostaria que ficasse claro que o facto de se registar um ligeiro acréscimo do valor nominal de um ano para outro, resulta num engano para os municípios, porque estes fazem as suas previsões com base no valor constante no Orçamento de Estado, quando parte do mesmo acaba por não ser transferido, acrescentando a este facto o não cumprimento da justa repartição do valor arrecado pelo Estado nos três impostos de referência, IVA, IRS e IRC, criando um fosso

cada vez maior entre as disponibilidades da Administração Central e da Administração Local. -----

Ainda sobre a intervenção do Senhor Francisco Roque, relativamente às obras no âmbito do PIQURB e no Centro Histórico, considerou que a história é feita de factos concretos e a realidade é que as mesmas estão a ser concretizadas, porque houve candidaturas para o efeito. Acrescentou que podiam ter sido outras as opções, mas foi entendido que era importante a qualificação daqueles espaços nas duas cidades, sem deixar de ter presente e de procurar financiamento para a qualificação das freguesias rurais, prosseguindo o esforço de muitos eleitos feito ao longo dos trinta e cinco anos de Poder Local Democrático, no sentido de desenvolver o interior do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra ao Senhor Vereador Arnaldo Frade, eleito do PS, o qual esclareceu que o sentido da declaração de voto dos Vereadores do PS, na Câmara Municipal, tinha a ver com o facto das contratações de pessoal implicarem um aumento das despesas inerentes, nas quais estão incluídas as verbas para a Segurança Social. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a intervenção do Senhor Vereador Ihe tinha suscitado uma questão, para a qual a Associação Nacional de Municípios tem vindo a chamar a atenção do Governo, do Presidente da República e dos Grupos Parlamentares, que tem a ver com o incumprimento sistemático da Lei das Finanças Locais, para além de um aumento progressivo da transferência de encargos para os municípios, sobrecarregando estes de forma insustentável, melhorando assim as contas da Administração Central. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Duas abstenções, uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, e outra do eleito do PS, Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

Quatro votos contra de eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Fernando Augusto Pereira de Sousa. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Dulce Rito, em nome dos eleitos do PS que votaram contra, foi feita a seguinte declaração de voto: “ Repristinamos o conteúdo da declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista com o qual concordamos integralmente. “O documento de prestação de contas em apreciação visa dar a conhecer a execução municipal relativa ao ano de 2010. -----

Da análise efectuada pelos eleitos do partido socialista no executivo municipal resulta, nomeadamente, o seguinte: -----

Quanto aos **Aspectos positivos:** -----

- Foi conseguida a aprovação de candidaturas com participação QREN; -----
- Verificou-se o aumento do peso das receitas próprias no total das receitas;-----

- Foi cumprido o Princípio do Equilíbrio Orçamental - facto que raramente tem acontecido;-----

- Verificou-se uma diminuição das despesas em horas extraordinárias. -----

Relativamente aos **Aspectos negativos**:-----

- Temos dúvidas sobre o cumprimento do Princípio da Universalidade – referência a todas as receitas e despesas – por serem baixos os valores apresentados em *Dívidas ao Estado* e outros entes públicos – 172.907,46;-----

- Na Venda de Bens de Capital – o executado fica reiteradamente muito aquém do orçamentado, o que faz transparecer a ideia de que o empolamento se destinará a equilibrar o valor dos compromissos assumidos e não pagos. A execução foi de 2,13% o que é revelador;-----

- Na dívida de curto prazo a terceiros – partindo de um valor em dívida de cerca de 7,6M€, em 2009 foi efectuada a contratação do PREDE no valor de 4,1 M €. Este facto deveria trazer os valores em dívida para cerca de 3, 5 M€ mas o que aconteceu é que a dívida ascendeu no final desse ano a 5, 011M€. Se não fosse o PREDE teria ficado nos 9M€. No final de 2010 o valor em dívida continua a subir agora para os 6,195M€;-----

- As despesas com pessoal, depois de terem aumentado em cerca de 430.000€ em 2009, aumentam em 2010 cerca de 276.294,22€. Devido às contribuições para a segurança social, é certo, mas tal facto não deixa de contrariar a necessidade de contenção de despesas, aspecto a que temos vindo a fazer referência de forma insistente em variadíssimas reuniões;-----

- A situação financeira não é positiva embora, apesar do contexto macroeconómico de crise, as receitas oriundas dos impostos directos tenham aumentado com excepção da derrama (-105.000,00 €) e os indirectos tenham subido 15% - cerca de 28.400,00€;-----

Por outro lado:-----

- Passado que está mais um ano, o primeiro do actual mandato, diversos projectos emblemáticos para o Município continuam a ver a sua execução deslizar no tempo sem serem concretizados – são exemplo disso mesmo: O Centro Cultural de Alvalade; A estrada do Tanganhal; A requalificação do ex-BNU; Drenagem do Cemitério de Ermidas-Sado; Beneficiação da Estrada de Santa Cruz – obra que esteve prevista para 2005 (ano de eleições);-----

- O Programa FAME apresenta uma extremamente baixa execução – 20.748,00€ desde o seu início e cerca de 6.000€ em 2010;-----

- Continua a não existir acessos para deficientes motores, nomeadamente no edifício sede do Município;-----

- Continua por adoptar um novo paradigma quanto ao modelo de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia;-----

- O prazo de pagamento continua a não ser minimamente satisfatório – superior a cem dias, de acordo com dados relativos ao segundo trimestre do ano;-----

- Continuam a existir inúmeras dívidas por pagar até cem euros e entre cem e duzentos euros o que seria perfeitamente evitável com uma gestão mais criteriosa. -----

Tendo em conta o exposto e na medida em que, na nossa opinião, os aspectos negativos superam largamente os aspectos positivos, os signatários da presente declaração votam contra a aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 2010”.-----

Pela minha parte e presumo que por parte da bancada do Partido Socialista, quero de novo lamentar o dinheiro que foi gasto, em dois mil e dez, com a recolocação do pavimento na comumente denominada Estrada do Poço e adjacentes, e, já em dois mil e onze, o deficiente calcetamento na Rua Engenheiro Costa Serrão.”-----

Pelo Senhor José Sucena, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O hábito que considero saudável, de ouvir e ler as posições dos outros e sobre elas pensar para, assim, melhorar ou alterar opiniões já tomadas, levaram, mais uma vez e com essa intenção, a ler a declaração de voto dos Senhores Vereadores do PS sobre o documento de prestação de contas relativo ao ano de 2010. -----

Debalde, porém. -----

Com piedosa beatitude, louvaram no documento três aspectos positivos; para logo com a língua carregada de enxofre diabolizarem em onze itens (curioso número diria Mota Amaral) sem particular importância ou significado a acção do Executivo, os quais, na sua opinião avara e sectária, justificariam o voto contra. Voto contra que, seguramente, só por mera solidariedade partidária se repetiu nesta Assembleia, já que se reconhece haver na bancada do PS deputados capazes de ouvir, pensar e formar opinião de acordo com a realidade dos factos. -----

Na verdade, no ano de 2010, apesar do corte das transferências para a autarquia e da assunção de maiores responsabilidades financeiras para a Segurança Social impostas pelo governo PS, o nosso Executivo fez significativas obras de qualificação urbana em duas freguesias e do Património Histórico, renovou ou melhorou estradas em todo o Concelho, modernizou as redes de abastecimento de água, do saneamento e da recolha de resíduos sólidos urbanos, sem esquecer de responder às necessidades de apoio económico a mais famílias que a crise criou, ou descurar o notável serviço social que é o fornecimento de refeições e transporte às crianças do Concelho. -----

Tudo isto sem prejuízo da formação dos funcionários, da melhoria do sistema informático e da reorganização dos serviços, tudo em benefício dos munícipes, em paralelo com a promoção da cultura e do desporto e do apoio ao movimento associativo.

Tivéssemos nós Centralmente quem fosse capaz de, com tão escassos recursos, realizar tanto e tão importante trabalho, que não estaríamos na actual situação que nuns casos só em 1892 e noutros só nos anos 60 do século passado teve semelhança. -----

Porque a função da política e dos políticos deve ser educar os cidadãos, desenvolver-lhes as capacidades de pensamento crítico, de procura e aceitação da verdade, com o objectivo de consolidar a Democracia, como ensinou Sócrates, acreditamos que mais cedo do que tarde os Portugueses através do voto chamarão a intervir políticos que irão, finalmente, desenvolver as políticas necessárias ao ressurgimento de Portugal Soberano e, reflexamente, à melhoria das condições de vida dos Portugueses. -----

Por tudo isto votámos a favor do documento de prestação de contas relativo ao ano de 2010. -----

Uma breve nota final: o Sócrates referido é o filósofo grego, naturalmente.” -----

--- b) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2011; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Onze. * -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

Dois – Conforme disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a proposta, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Seis abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

---c) Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) entre a Receita Corrente e de Capital;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Um - Definir uma percentagem de 65% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o valor da transferência corrente no ano de 2012. -----

FUNDAMENTOS: Um – Tendo em conta a forte pressão sobre as despesas correntes.-
Dois – De acordo com o nº 3 do artigo 25º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra. Pelo que, o Senhor Presidente colocou a proposta, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. --
Cinco abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.” -----

---d) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL);-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** - Um – Aprovar a imputação, da

parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da CIMAL para o ano 2011, no montante de 88.494,40 €, equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da CIMAL.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos do nº 2 do Artigo 22 da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Nuno Braz, eleito do PSD, questionando sobre os meios de que a Autarquia dispunha para controlar aquele tipo de despesas. Acrescentou que se corria o risco de financiar algo que outros aprovaram, considerando necessário haver algum cuidado, para evitar situações como as da Regi.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não existia um controlo directo das despesas por parte da Autarquia, porque a mesma não estava na gestão executiva diária daquela Entidade. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e cinco dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

--- e) Cedência à Casa do Povo de Alvalade do Lote 1 do Loteamento Municipal Lar Residencial de Alvalade – Reconhecimento do Interesse Público das edificações a construir. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Que a Assembleia Municipal reconheça o interesse público municipal das edificações a construir no lote de terreno a ceder em regime de Direito de Superfície, por um período de 70 (setenta) anos, designado por lote nº 1 do Loteamento Municipal Lar Residencial, sito em Alvalade, com a área de 5.200m², inscrito na matriz sob o artigo 2170º, e descrito na CPR de Santiago do Cacém sob a ficha nº 1706/20101025, da freguesia de Alvalade, a título gratuito, à Casa do Povo de Alvalade, destinado à construção de um Lar para Idosos, nas condições de cedência constantes no documento anexo. *-----

FUNDAMENTOS: 1 - De acordo com a alínea f) nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da alínea i) do nº 2 do artigo 53º do mesmo diploma. -----

2 - De acordo com a alínea a) do artigo 29º da Lei nº 794/76, de 5 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 313/80, de 19 de Agosto. -----

3 – De acordo com o solicitado pela Casa do Povo de Alvalade. “-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha com competências delegadas na área do urbanismo, para dar mais alguns esclarecimentos sobre o assunto, o qual informou que se tratava de um equipamento da maior importância para a população idosa, com projecto e candidatura aprovados e licenciamento concluído, o qual compreendia um investimento de mais de dois milhões de euros, pretendendo a Casa do Povo de Alvalade iniciar a construção até ao final do ano em curso. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, chamando a atenção para uma questão de pormenor na redacção do documento das Condições de Cedência, sugerindo a substituição do termo “acrescentamento” por *alargamento*, nos pontos 3 e 4 do artigo 5º. -----

O Senhor Nuno Braz, eleito do PSD, alertou para a possibilidade da cedência do terreno em direito de superfície não ser condição suficiente para a candidatura. -----

O Senhor Francisco Roque, eleito do BE, interveio no sentido de precisar que o objecto da deliberação da Assembleia Municipal era somente o reconhecimento do interesse público municipal das edificações. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação das actividades da Câmara Municipal de Janeiro e Fevereiro do ano em curso, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda que recebeu, recentemente, uma carta da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, solicitando a transferência, urgente, de uma verba de oito mil euros, igual à que foi também pedida a cada um dos restantes municípios que integram aquela Comunidade, para fazer face à condição imposta pelo BES, com vista à renegociação da dívida da REGI, entidade extinta por deliberação nos órgãos próprios, tendo em conta a situação de falência total do projecto. Acrescentou ter estranhado o pedido e a urgência do mesmo, solicitando esclarecimentos ao Director Executivo da CIMAL, o qual o informou que se tratava de uma dívida da Administração da Regi, da qual não tinha sido dado conhecimento à CIMAL. Mais informou que a verba seria transferida na próxima Segunda-feira, para que não fosse inviabilizado o processo de renegociação daquela dívida, a qual terá que ser assumida pela CIMAL. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas e cinquenta minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

